
075ª SESSÃO ORDINÁRIA 15AGO2016

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. João Carlos Nedel, na condição de Líder da Bancada do PP e nos termos do art. 218, § 6º do Regimento, solicita Licença para Tratamento de Saúde para o Ver. Guilherme Socias Villela nos dias 15 e 16 de agosto de 2016.

O Sr. Delegado Cleiton (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Ver. Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Delegado Cleiton. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, há pouco uma pessoa me mandou um recado perguntando o que eu acho dos zumbis do Centro de Porto Alegre. O que ela quer dizer com zumbi? Até no nosso linguajar é uma palavra um tanto quanto inadequada, não é Ver. Flecha? Inadequada. Mas, na verdade, hoje se tornou uma palavra para designar as pessoas que andam ao léu, sem eira nem beira, na mais triste condição de desumanidade. A minha colega de aula me perguntou: “Onde está o art. 5º da Constituição?” O que diz o art. 5º da Constituição, Dr. Delegado Cleiton? É a dignidade da pessoa humana; são os direitos fundamentais. Nós estamos vendo uma legião de pessoas, no Centro de Porto Alegre, e eu pergunto ao Governo, às lideranças do Governo, especialmente àqueles que são vinculados à FASC: o que está acontecendo com Porto Alegre? O que está acontecendo com a nossa Cidade? Uma pessoa contou 47 colchões só no viaduto Otávio Rocha! Ali nós encontramos pessoas na pior condição de vida, é a desumanidade total! É droga, doença, sofrimento psíquico! Mas também temos pessoas que estão ali para pungar, para se misturar a outras pessoas para vender

drogas, porque têm paradas de ônibus por ali. É uma mistura geral! Nós temos de ter um trabalho da FASC, da Saúde, enfim, para fazer uma separação, para dar os cuidados adequados. Ninguém quer fazer limpa-banco em lugar nenhum; não me venham com esse papo. Nós só queremos saber o seguinte – porque, afinal de contas, perguntar não ofende –, onde está a FASC? O que está acontecendo com a nossa Fundação, com a Secretaria da Saúde para este tema?

Dito isso, vamos a outro tema, um tema que tem sido recorrente nesta Casa, e não sou o único aqui a abordá-lo. É a questão dos ônibus. Vamos pegar a Zona Sul. Vamos tentar pegar um ônibus na Rua Capitão Pedroso, no início da Restinga. O Restinga Velha vai chegar atropetado de gente, lotado de pessoas. Quem vem do Lami sai cedo, senão já vem em pé. Imaginem chegar na Av. Edgar Pires de Castro; quem está ali naqueles condomínios não entra.

A Cidade não é mais, Alex, o Centro Histórico e os bairros periféricos. A Cidade se tornou vários centros de bairros. E nós temos uma expansão de trabalho e de ocupação em vários lugares. Devíamos ter mais três ou quatro linhas de T imediatamente. Devíamos ter, inclusive, um lotação transversal, porque esses ônibus não conseguem passar em algumas ruas, que ficam totalmente desassistidas. Um lotação saindo, por exemplo, da Tristeza, passaria ali pelo Cristal, no *shopping*, na Azenha, enfim, subiria parte de Petrópolis, chegaria nos outros *shoppings* daquele lado e desembocaria, por exemplo, lá numa ponta da Assis Brasil; pegaria todas essas ruelas onde não entram ônibus. Mas não temos discussão aqui, não tem espaço aqui. Não pode, a lei não sei o que lá... Tem barreiras, e barreiras a gente discute.

Mudar a lei de lotação, mudar a lei de ônibus e mudar a lei de táxi é tabu, porque tem interesses escusos, mesquinhos, que não têm nada a ver com a população de Porto Alegre. Nada a ver com a população de Porto Alegre, Ver.^a Lourdes Sprenger! Nada a ver!

Então, eu tomo essa questão dos ônibus e a questão dos moradores de rua. Na semana passada, tivemos uma reunião na Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana, e estavam lá a Associação dos Cegos e outros. Não se pode mais andar no Centro. Cadeirante não consegue mais passar, Paulo Brum; cego é uma tristeza.

Tomaram, privatizaram o Centro de Porto Alegre vendendo frutas bichadas; estão vendendo produtos piratas, e o nosso grito é: “Chega! Vamos mudar, que assim não dá! Dignidade para as pessoas!
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, vou aproveitar este período de Comunicação de Líder já que há um grande número de Vereadores presentes. Ver. Adeli Sell, não é porque eu sou da base do Governo que eu deixaria de concordar com algumas coisas que estão acontecendo. Realmente, os moradores de rua... Eu acho que o Dr. Marcelo Soares deverá saber dizer o porquê, eu acho que ele já tem que dizer se é o Ministério Público que não deixa tirar as pessoas da rua, se eles não concordam, tem que dar uma razão. Se não for isso, nós temos a obrigação de, todos nós Vereadores – da base do Governo ou não –, ajudar a dar dignidade para essas pessoas que estão dormindo na valeta, que estão dormindo debaixo de uma lona e levá-las para os abrigos. Existem abrigos, a Prefeitura gasta uma fortuna com esses abrigos e eu acho que nós temos, sim, que, se precisar, Ver. Kevin Krieger, ir até o Ministério Público e dizer que não é possível que a cidade de Porto Alegre tenha sido tomada por esses moradores de rua. Eu não sei, tem que até ver se não são os mesmos que eram crianças há doze anos e agora cresceram e voltaram para a rua. E outra coisa, Ver. Adeli Sell, aquela verdadeira feira livre no chão, na calçada, de frutas – eu já me pronunciei com relação a isso na semana passada. Aquilo é um absurdo! Foi a primeira providência que eu tomei quando fui Secretário da SMIC: retirar todos esses vendedores de frutas com frutas no chão. Frutas podres, sujas, cheias de óleo, que são vendidas para quem menos tem dinheiro, para os mais pobres, que saem do trabalho e, na ânsia de chegarem em casa com alguma coisa, passam na parada de ônibus e compram aquelas frutas que estão no chão, sujas. E, muitas vezes, a cada dez maçãs naqueles saquinhos, duas ou três já estão podres. Eles compram num aproveitamento, na xepa da xepa! Isso não é possível. Não podemos permitir isso. Isso é questão de humanidade, é questão de higiene e nós temos que fazer alguma coisa; ajudar a

Prefeitura, ajudar os fiscais da Prefeitura, ajudar pedindo que a Brigada Militar, mesmo sem ter convênio assinado, pois parece que tem uma dificuldade para fazer esse convênio, para retirar esse pessoal que está trancando as calçadas. E não são aqueles que estão vendendo, são os que distribuem as frutas, são os caminhões que descarregam essas frutas lá. Não é só aquele que é o vendedor ali. Eu conheço bem esse assunto, não é possível, as pessoas ganharam aquelas bancas amarelas para vender as frutas, para ter higiene nas frutas, e, agora, desandou. Eu acho que é momentâneo isso, contem com o meu apoio, tanto o Secretário quanto o Prefeito, todos. Podem contar comigo e, tenho certeza, de que com todos os Vereadores, para fazermos não um ato de limpeza, mas um ato de desobstrução das calçadas de Porto Alegre, que estão intransitáveis novamente. Acho que nós temos que nos juntar, nos organizar. Não se trata de Governo e de oposição, porque isso é coisa da Cidade. E, nas coisas que são do dia a dia, nós temos que estar juntos. Eu estou junto para resolver isso.

Eu quero aproveitar este minuto que me resta, e, como amanhã começa oficialmente a campanha política, queria aqui desejar aos meus colegas uma boa campanha. Queria também dizer mais uma coisa a todos: contem com a minha lealdade de colega Vereador. Não contem comigo para prejudicar a propaganda de alguém, para falar de colegas, para achar defeito nos colegas. Contem comigo para fazer uma campanha limpa. Eu sei que vocês todos estão com o mesmo propósito: fazer com que as nossas ideias cheguem aos porto-alegrenses no sentido positivo. Nós precisamos fazer a população entender que aqui tem 36 Vereadores, e que aqueles que não concorrem vão dar espaço para quem está chegando com boa vontade. São pessoas que querem ser Vereadores não pelo salário, querem ser Vereadores para ajudar a sua Cidade, para ajudar a população de Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Adeli Sell (Requerimento): Sr. Presidente, eu faço um requerimento para que V. Exa., como Presidente, faça uma intermediação entre o Presidente da CEDECONDH, o colega Thiago Duarte, e nós, membros dessa Comissão. Nós temos uma decisão de discutir as pautas de comum acordo, e isso não está acontecendo. Amanhã tem uma pauta que não foi discutida conosco, nós temos divergência sobre esses procedimentos e

não queremos criar um conflito nesta Casa. Mas o Dr. Thiago está fazendo uso da sua condição de forma indevida, e a Mesa tem que agir.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito a V. Exa. que encaminhe o Requerimento por escrito para que façamos as verificações regimentais.

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente; senhoras e senhores membros desta Casa, venho falar no período de Liderança do meu partido, no dia de hoje, para comentar que, novamente, a imprensa tem como pauta esta Casa. Na quinta-feira, em reunião de Líderes, combinamos de votar a questão dos aplicativos quando o plenário Otávio Rocha voltasse a funcionar. Fizemos um Pedido de Providências ao Presidente da EPTC – que ainda não foi respondido – sobre o resultado do GPS quanto ao número de carros em Porto Alegre, que é o propósito do GPS informar a necessidade ou não de ser ampliado o número de táxis na Cidade. É uma reivindicação antiga dos taxistas a ampliação da frota e a criação do táxi executivo em Porto Alegre. Na sexta-feira, o Presidente da EPTC disse que os levantamentos, através do GPS, informaram que não havia a necessidade de ampliação da frota em Porto Alegre. Não bastasse isso, nesse final de semana, saiu, numa reportagem da própria Empresa Pública de Transporte e Circulação, a resposta de um dos Pedidos de Providência que fizemos à EPTC e à ATP sobre o impacto desse número de aplicativos, que se iniciou em mil, passou para 2 mil e já está em 6 mil pessoas trabalhando irregularmente, sem a placa vermelha como determina o Conselho Nacional de Trânsito, sem a Carteira Profissional de Habilitação, sem a identificação desses carros. Essas informações é o que queremos quando formos discutir a regulamentação, para que cumpram, no mínimo, os requisitos previstos no Código Nacional de Trânsito. A Empresa Pública de Transporte e Circulação diz que está diminuindo o número de passageiros nos ônibus de Porto Alegre, afetando o cálculo da tarifa dos ônibus e das lotações em Porto Alegre. Estamos falando sobre isso desde o início, não é o simples conforto de usar os aplicativos; e esse conforto, os táxis de Porto Alegre também dão. A nossa empresa pública de processamento de dados comprova tecnicamente a sua capacidade de fazer a transmissão de dados em Porto Alegre. Várias empresas privadas usam a nossa empresa pública. Por que, no decorrer de todo esse

processo, a nossa empresa pública não desenvolveu um aplicativo de Porto Alegre na questão de transporte de passageiro? Por que o Prefeito, se é urgente essa questão dos aplicativos, não criou um decreto como fizeram os Prefeitos de São Paulo, de Belo Horizonte e de Brasília? Por que novamente essa discussão não volta para a Câmara de Vereadores de Porto Alegre, como foram, no início da legislatura, as questões da passagem de ônibus, da orla do Guaíba; como foi, no início deste ano, o reajuste dos servidores municipais; como foi a invasão da empresa do Município, como foi agora, recentemente, a invasão do DEMHAB? Não, a questão é que, no Município de Porto Alegre, estão sendo penalizados mais de 11 mil taxistas por uma questão que não está sendo democraticamente discutida com a população de Porto Alegre. Aí alegam que é uma exigência do povo, mas o povo exige tantas coisas: o direito de andar armado, a liberação dos jogos, o direito de beber nos estádios. O povo exige, por exemplo, que os Vereadores trabalhem de graça. O povo exige tanta coisa dos legisladores, mas os legisladores, com sabedoria, sempre legislaram para o melhor da coletividade. E aí a própria Empresa Pública de Transporte e Circulação, de sexta-feira até ontem, diz que não é necessário ampliar a frota de táxi em Porto Alegre, ela diz que está diminuindo drasticamente o número de usuários, e isso levará ao aumento da tarifa de ônibus em Porto Alegre prejudicando as pessoas mais pobres da nossa Cidade; vai levar ao aumento da tarifa das lotações. Então, eu acho que nós estamos discutindo essa questão de afogadilho. Algumas questões estão aqui na Câmara de Vereadores há muito tempo sendo discutidas nas Comissões, em audiências públicas – várias audiências nas regiões do OP. Quanto à questão do aplicativo, nós estamos com muita pressa para discutir algo tão importante nas questões de geração de emprego, de distribuição de renda, principalmente porque mexe no poder aquisitivo dos trabalhadores de baixa renda de Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Sr. Presidente, meus colegas Vereadores e Vereadoras, prezados ouvintes, agradeço aqui a cedência de tempo feita pela Ver.^a Sofia Cavedon,

nossa Líder, bem como aos meus colegas do PSOL, que me franquearam para vir a esta tribuna trazer este tema da Cidade. Ver. João Bosco Vaz, temas da Cidade, que são polêmicos, precisamos debater com tranquilidade e tomar uma decisão que construa o futuro e não deixe um conjunto de dúvidas. Por que estou falando isso? Ano passado, quando presidimos a CUTHAB junto com os colegas Vereadores, fizemos o enfrentamento do tema do descompasso que havia com o programa do GPS e do botão do pânico, que foi colocado para que os taxistas assimilassem isso. Na verdade, foi quase uma imposição do Poder Público Municipal, sem diálogo. E recorreram a esta Casa, e nós conseguimos estabelecer um diálogo. Foi criado um grupo de trabalho que gerou, Sr. Presidente, num tema que o senhor está batalhando na questão da segurança, porque o GPS e o botão de pânico era acionado e aparecia no painel da EPTC, mas ninguém dava continuidade ao chamado de pânico. Isso se banalizou e não foi configurado para ser instrumento de segurança. O atual Secretário de Segurança Pública do Estado, e acredito que continue sendo o mesmo, Sr. Vantuir Jacine, assinou um convênio com a Prefeitura para montar a estrutura de segurança para os taxistas. Terminamos o ano, na última reunião da CUTHAB, dia 22 de dezembro, acordamos que iríamos fazer debate aprofundado a respeito do tema táxis *versus* Uber. Veio um projeto para a Câmara regulamentando as plataformas, mas não regulamenta o Uber, e nós estamos esperando o projeto chegar à CUTHAB para retomar esse debate com profundidade, porque fizemos um conjunto de interrogações ao Secretário Cappellari que precisamos saber. Somos favoráveis à evolução tecnológica, mas o que significa aprovar esses projetos com o atual sistema de táxi? Vai quebrar o atual sistema de táxi? Nós queremos uma análise econômica disso. O que significa? Em quantos por cento já diminuiu os serviços na Cidade? E a lei que foi mandada, agora, para a Câmara, para qualificar o sistema de táxi? Há uma outra lei aqui. Então, discutir uma e não discutir a outra... Uma tem urgência e a outra não tem; não dá. Nós precisamos analisar isso, pensar a Cidade. Nós temos que proteger... E falo proteger no sentido de buscar a qualidade e manter os empregos que existem. Como já foi dito, são 4 mil táxis em Porto Alegre, são 11 mil taxistas. Hoje pela manhã discutia com o Ver. Adeli Sell, e temos um entendimento de que os táxis precisam melhorar muito em termos de qualidade da Cidade. E isso foi debatido na CUTHAB com as lideranças Aspertáxi, Cooperativa do Aeroporto, Associação dos Trabalhadores de Táxi, e mesmo o Sindicato, todos saíram com o entendimento de que essa agenda tem

que ser enfrentada para melhorar ainda mais o sistema existente. Então, nós precisamos esgotar. Creio que votar de afogadilho, pré-campanha eleitoral, um projeto com essa envergadura não vai trazer qualidade para a Cidade. Eu agradeço aos meus colegas que me cederam este tempo para fazer esse relato da CUTHAB, porque nós trabalhamos, e muito, Ver. Kevin, nessa Comissão, e tem um acúmulo. Nós precisamos enfrentar o tema? Precisamos. Mas algumas respostas ainda não foram trazidas para cá. E não vai ser numa Comissão Conjunta, em 15 minutos, que nós vamos responder isso. Pelo que tudo indica, se nós votarmos o reconhecimento das plataformas, não vai enquadrar o Uber, o Uber vai continuar na irregularidade. Esse é o grande dilema. E até hoje ninguém me respondeu como isso vai ser feito, porque regularizar plataforma é uma coisa. Na audiência pública, no Gigantinho, os representantes do Uber falavam só uma coisa: não queremos saber de estado, não queremos saber de regulamentação, queremos a liberdade total, e os políticos não nos representam. Eu creio que aqui todos têm desacordo. Foi isso que as lideranças falaram lá, representando o Partido novo que é contrário ao Estado, representando também, naquele momento, o Uber.

Portanto, venho aqui trazer esses questionamentos e creio que o Governo tenha que nos trazer respostas antes de pedir urgência para esse projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): (14h59min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em votação o Requerimento s/nº, de autoria do Ver. Kevin Krieger, que requer Regime de Urgência para o PLE nº 014/16. (Pausa.) O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento s/nº, de autoria do Ver. Kevin Krieger.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, vou encaminhar em nome do meu Partido, em nome dos taxistas de Porto Alegre, em nome dos trabalhadores rodoviários, em nome dos trabalhadores de lotação, em nome do povo de Porto Alegre, que esse projeto cumpra os trâmites normais desta Casa, que este projeto seja discutido nas Comissões, e, principalmente, que seja aguardado o que nós

encaminhamos, as diligências, algumas delas de extrema necessidade para que esse projeto siga sendo discutido dentro desta Casa, para que este projeto siga seus trâmites normais dentro desta Casa, e que principalmente se amplie a discussão dentro desta Casa. O aplicativo já funciona na Cidade através de uma liminar, então ele não exige que esta Casa discuta de afogadilho, ele exige que esta Casa discuta os trâmites necessários. É um projeto que a população de Porto Alegre também exige que seja votado nesta Casa, que as sinaleiras, à noite, fiquem piscantes, a população exige isso. Por que ele não está sendo discutido ou votado nesta Casa? Há outros projetos que estão nas Comissões que a população exige que sejam votados nesta Casa, e eles sequer aparecem na Ordem do Dia; sequer aparecem em regime de urgência. O que nos deixa apreensivos é que todos os encaminhamentos, as diligências que nós fizemos, algumas estão sendo respondidas através da imprensa. É necessária a ampliação do número de táxis em Porto Alegre? Até hoje, a Empresa Pública de Transporte e Circulação não respondeu a diligência que nós fizemos. Sexta-feira, o Secretário da Empresa Pública de Transporte e Circulação respondeu para a imprensa que não é necessária a ampliação do número de táxis em Porto Alegre. E aí nós vamos liberar 6 mil aplicativos que existem em Porto Alegre? Seis mil, somente de uma empresa! Nós vamos liberar? Então, acho que é o momento de os colegas começarem a refletir. Outro questionamento que nós fizemos à Empresa Pública de Transporte e Circulação: a liberação vai atingir as tarifas de transporte de ônibus? Não recebemos a resposta. Mas, à imprensa, o Secretário disse que está preocupadíssimo com o número de transporte de passageiros, que isso interfere no cálculo da tarifa de ônibus. Então, nobres Pares, tudo que esta Casa fez de afogadilho, esta Casa, lá na frente, teve que rever. Eu acho que nós temos que amadurecer esse processo. Teve tempo, o Prefeito poderia ter feito um decreto, nós poderíamos estar discutindo, poderia ter regulamentado em forma de decreto. Essa empresa chega somente para explorar as pessoas, chega com o intuito de acabar com uma profissão com a qual as pessoas sustentam a sua família, chega e depois vai embora. Não é à toa que essa empresa está sendo proibida em vários países. Isso não sou eu que estou dizendo, quem está dizendo é Ricardo Boechat. Pela terceira vez, fala isso nas suas intervenções de manhã na Rádio Bandeirantes e no Jornal da Band. Então, eu acho que esta Casa, no afogadilho, pode estar fazendo uma coisa muito errada para a população de Porto Alegre, até porque a Associação dos Motoristas Autônomos por Aplicativos está pedindo para a gente pensar

muito bem no que esta Casa vai fazer. Na ânsia, nós podemos estar cometendo um grande erro, afetando os trabalhadores e a população de Porto Alegre. Na ânsia, nós podemos estar jogando não somente taxistas, mas os trabalhadores rodoviários, os trabalhadores em lotação e, principalmente, os usuários do transporte, numa ciranda, onde aumentará o valor da passagem de ônibus, onde nós prejudicaremos centenas e milhares de trabalhadores. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação o Requerimento s/nº, de autoria do Ver. Kevin Krieger.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, senhoras e senhores, senhores profissionais do táxi, que nos acompanham aqui fora do plenário; eu quero, em primeiro lugar, Sr. Presidente, dizer que tem um assunto que tem me provocado indignação e tem a ver com isso, que é uma questão da EPTC – as multas que têm sido aplicadas em Porto Alegre. Qual é o critério para a aplicação das multas? Para onde vai o recurso das multas? É possível nos recorrermos dessas multas? Esses recursos, de que forma são julgados? Isso tudo, para mim, é uma verdadeira caixa preta. Eu já vi Vereadores falando disso, Ver. Bernardino, eu me recordo, o Ver. Idenir Cecchim, mas está na hora ou já passou da hora de nós, Vereadores, tomarmos uma providência séria com relação a isso. Eu recebi relatos aqui, e quero, rapidamente, tentar dividir o tempo para compartilhar com vocês. No primeiro caso, um cidadão, companheiro meu, motociclista, na Av. Ipiranga, recebeu uma multa em casa, porque estava dirigindo sem atenção e que não foi parado, porque o trânsito era muito intenso. Foi o que colocou o agente de trânsito. Mas como alguém dirige uma moto, sem atenção, no meio do trânsito? Então, é um negócio, absolutamente, arbitrário. Outro caso de multa que chega até mim, é o do carro que estava estacionado a mais de um metro do meio-fio, mas que ele também não foi notificado, porque o trânsito era muito intenso. Mas, se o carro está estacionado, como é que o trânsito está muito intenso? Terceiro caso, um amigo construtor, uma pequena construtora, era proibido estacionar na frente do seu canteiro de obra, mas todo mundo estacionava; ele foi lá e colocou dois cones. A EPTC aplicou uma multa de R\$ 5 mil nele – contra a construtora, obviamente –, porque ele teria colocado os

cones. Ele foi lá e disse: “É proibido estacionar, mas todo mundo estaciona e vocês não mandam ninguém quando a gente chama. Aí coloco um cone padronizado de trânsito, e vocês vêm aqui e aplicam uma multa de R\$ 5 mil?!”

Quatro: eu recebi um empreendedor aqui da Cidade, dono de um restaurante, eu até fui acompanhá-lo, do restaurante Casa do Marquês: todos os dias vai um azulzinho lá na Casa do Marquês, ao meio-dia, e começa a multar todo mundo! Puxa, o cara está trabalhando só no estabelecimento dele? Ele recolhe, aqui em Porto Alegre, R\$ 100 mil de imposto, só em um estabelecimento, e todo o dia vai – não quero nem adjetivar – alguém lá e tasca multa. Fiz o meu aniversário, há duas semanas – e não é por isso que eu estou falando –, ali no CTG 35; foi um azulzinho lá e multou todo mundo! Mas eu fico pensando o seguinte: por que não entra e diz que tem carro mal estacionado na frente. As pessoas vão retirar os carros! Em qualquer lugar civilizado do mundo onde o cidadão contribuinte é respeitado – mas aqui nós não somos respeitados – esse agente arrecadador faria isso, se ele fosse um agente educativo de trânsito. Todos nós aqui já falamos isso uma, duas, três vezes, para que nós servimos, afinal de contas, meus colegas? Nós temos que nos impor, aqui nesta Casa, porque o órgão que não é exercitado atrofia. Eu acho o Cappellari uma pessoa gente finíssima, amigo, gosto dele, é um cara solícito, um cara educado, um cara tranquilo, é um cara competente, inclusive; agora, evidentemente ele não consegue dominar essa corporação, porque existe uma caixa-preta aí! Eu quero dizer aos meus colegas Vereadores que sempre fui alguém que resistiu muito a esses instrumentos de fiscalização aqui da Casa – CPIs e outras coisas mais –, mas está na hora de nós abirmos esse negócio, de saber como é aplicado esse tipo de multa, de saber como é que o cidadão pode se defender, porque se o cara recebe uma multa de R\$ 89,00, além dos pontos na carteira, ele não vai contratar um advogado para fazer um recurso administrativo, então o cara marcha. O cara marcha! Tem que marchar! Aí, de R\$ 80,00 em R\$ 80,00, meus caros Vereadores, vai se enchendo as burras do Município às expensas de quem? De nós, cidadãos, que já tanto pagamos! Então, sobre este assunto eu quero aqui, mais uma vez, chamar a atenção de todos vocês, para dizer que nós precisamos tomar uma providência – e uma providência urgente –, meu caro Líder do Governo. Isso aí não é contra Governo, não é a favor da oposição, é a favor da cidadania. Não pode ser assim.

Eu quero, rapidamente, sobre a questão do Uber. Eu, quando fui diretor do Badesul, criei um programa de microcrédito para apoiar taxistas. Nós tínhamos lá uma linha de recursos com juro de 1,5% para comprar pneu, para fazer retífica de motor. Assinamos convênio com o Sintáxi. Agora, há dois anos, quando foi para fazer a legislação do GPS, propus – e inclusive está dormitando aqui na Câmara – uma câmera, porque tinha aquele *serial killer* que veio lá de Livramento, que matou três taxistas aqui. Se tivesse uma câmera com sistema de identificação de rosto e de imagem, quando o primeiro taxista foi morto, a polícia já saberia quem era. E a gente sabe que, quanto mais dificuldade se cria, mais dificuldade está se criando para o bandido. Então, ter um sistema de identificação de rosto dentro do táxi é mais eficiente do que aquela cabine grotesca e que não servia para nada, e os taxistas hoje, de fato, estão sujeitos a todo o tipo de violência que permeia, infelizmente, a nossa sociedade em geral. Então sempre estive preocupado, porque acho que, entre as nossas obrigações, está essa.

Por outro lado, eu via que havia sempre muita resistência da categoria a muitas coisas que nós propúnhamos. A EPTC propôs uniforme, a categoria foi muito resistente com relação a isso, era muito reticente. O Janta disse que não havia diálogo. Eu não sei, mas sempre houve resistência nesse sentido. E aí veio essa história do Uber, que, infelizmente, não é daqui, é do mundo inteiro. São essas economias disruptivas que quebram paradigmas e que vieram, queira-se ou não, para ficar, e vai acontecer.

Agora, temos que ter cuidado com essa competição. Vários países do mundo já baniram o Uber, é uma opção, mas me parece que a cidadania porto-alegrense está querendo o contrário, quer possibilitar que essas duas formas convivam. Eu, particularmente quero dizer desde já que sou favorável a essa regulamentação, com todo o respeito aos taxistas, mas, com essa convivência, temos que ter outra preocupação, que a competição não seja predatória, que não venha uma grande empresa, um grande tubarão internacional que pratique *dumping*. O *dumping* acontece quando alguém que tenha muita capacidade, muito dinheiro joga o preço lá embaixo e mata a possibilidade de uma concorrência e, a partir desse momento, constrói um monopólio e aplica o preço que ele quer.

Eu, como sou um conservador liberal, acho que tem que haver estado. Por isso não sou um liberal nessa acepção da palavra, porque eu acho que esse é o papel do Estado. O Estado tem que fazer a regulação para evitar, meus caros colegas, a concorrência desleal

e a concorrência predatória. É esse cuidado que temos que ter, que não se estabeleça essa concorrência desleal e predatória. Mas acho que toda competição é saudável. Isso vai forçar o serviço de táxis melhorar. É importante que os meus amigos taxistas que estão aqui saibam que muita coisa tem que melhorar. Mas é como na política: alguém faz alguma coisa errada no táxi e toda a categoria paga, na política é a mesma coisa. Não é verdade que todos os políticos são safados e não é verdade que todos os taxistas não sabem trabalhar ou são mal-educados. Tem gente boa em qualquer segmento da vida. Então eu quero dizer que acredito que é preciso regulamentar, que a sociedade quer a regulamentação. Mas, ao mesmo tempo, temos que ter um enorme cuidado com uma categoria que é trabalhadora, que merece nosso respeito, como toda e qualquer outra categoria, e que não pode ficar ao léu dessa concorrência desleal e predatória que pode se estabelecer, se nós não soubermos fazer o nosso papel aqui e proteger – o que é função do Estado – aqueles que precisam ser protegidos. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação o Requerimento s/nº, de autoria do Ver. Kevin Krieger.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, colegas Vereadores, Vereadoras, já no ano passado, em novembro, eu não estava aqui na Câmara e escrevi um artigo sobre a legalidade do Uber. Na realidade, não estamos discutindo o Uber, estamos discutindo plataformas. Existem outras e se alguém está apavorado com o Uber, preparem-se, porque já temos uma plataforma na área da hospedagem, o que é muito mais difícil de fazer o controle; como teremos outras plataformas, inclusive quando o sistema financeiro descobrir que é possível fazer mais coisas fora dos bancos. Teremos muito mais problemas com a questão do transporte coletivo de passageiros e do transporte em táxi, em lotação, etc. Tenho discutido que a principal questão de Porto Alegre hoje é o transporte coletivo de passageiros. É um escândalo! Nada funciona! Engrupiram-nos com ônibus novos, que não são novos; são repintados, são umas calheiras! Temos que mudar essa situação! Vamos fiscalizar ônibus por ônibus, linha por linha. Esse é o trabalho que o Vereador tem que fazer. Não tem táxi demais em Porto Alegre. Todos os dias de tarde, depois das 16h30min, 17h, quem quer utilizar um táxi aqui... As pessoas não usam tanto táxi porque

se obrigam a ter carro, porque o transporte coletivo é péssimo, porque os lotações são poucos e porque os táxis somem nos dias de chuva. Nós temos excelentes taxistas – eu tenho muitas relações com taxistas. Nós poderíamos ter mudado a legislação do táxi, poderíamos ter uma legislação moderna, que acabasse com as empresas de táxi que manipulam, com os barões do táxi, que exploram o trabalhador, que exigem que o trabalhador pague R\$ 150 reais por dia. Não importa o quanto ganhem, têm que pagar para o dono do táxi. Tem médicos que são donos de táxis, tem engenheiros, advogados, comerciantes, tem de tudo o que possam imaginar. Vamos fazer uma limpa nos táxis, porque assim vamos ter pessoas que trabalham. Táxis têm que ser para quem é taxista! Se não tem ninguém na família que vai continuar a dirigir o táxi, tem que voltar para a Prefeitura para passar para outra pessoa que tenha vocação, que saiba dirigir, que seja taxista de fato. Assim, concluiremos esta discussão, que sempre foi difícil, impossível. Nós devemos – e vamos! – propor a legalização com os critérios. Eu sou da oposição, no entanto, o projeto que a Prefeitura nos traz, Ver. Kevin Krieger, é um projeto bem feito, bem elaborado; é geral, distingue o táxi do Uber. Eu tenho dito para os uberistas: “Não se enganem; agora, no início, vocês estão ganhando uma grana razoável, porque vocês entraram com o carro de vocês, as plataformas facilitam, não ficam se deslocando o tempo inteiro, gastando gasolina, mas não se esqueçam que, daqui a cinco anos, vão ter que trocar o carro, não vão ter o desconto do IPI, que os taxistas têm”. Os taxistas têm determinados privilégios, que são importantes, porque, se o transporte funcionasse como deveria funcionar – como ocorre em algumas cidades –, nós não estaríamos usando tanto carro.

Gente, em Porto Alegre não dá mais para andar! Quando eu saí da Câmara, a primeira coisa que eu fiz foi vender o carro. Sempre usei ônibus, lotação e táxi. Eu uso táxi! E digo mais: não estou inscrito no Uber. Sou Vereador; enquanto o Uber não for legalizado, eu não vou usá-lo, eu uso táxi. Hoje, já usei táxi três vezes, porque é um transporte que eu acho importante. Eu sou daqueles que resiste ao uso desenfreado do carro. Nós, aqui, como Vereadores, muitas vezes, nos obrigamos a usar os nossos carros pelo tipo de ação – vamos de um canto para o outro. No sábado, eu estava na Restinga; depois, de tarde, estava no Timbaúva. Então, não tem história, não tem como se locomover se não for dessa forma.

Para concluir, vou votar pelo Requerimento. Com toda a tranquilidade, nós vamos ter mais de um mês para discutir. Não falta tempo, esta discussão já vem do ano passado, todo mundo conhece o tema. Vamos melhorar o transporte em Porto Alegre. Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento s/nº, de autoria do Ver. Kevin Krieger.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, eu fico muito feliz em ouvir aqui falas de representantes do Governo, porque há muito eu venho dizendo que a EPTC vem prestando um serviço que muito mais se preocupa com a arrecadação do que com as regras, com a necessidade de regar o trânsito em Porto Alegre. Eu ainda tenho um projeto tramitando, que no início eu chamava de procedimento dissimulado na aplicação das multas, mas aí eu fui chamado a compreender que a palavra era muito pesada, e eu passei a chamar o procedimento de algo diferente. Mas eu contesto esta ideia de ficar atrás de um poste, ou atrás de uma moita, ou dentro do próprio automóvel multando - isso é extremamente covarde. Isso só é possível com alguém que não tem noção das questões de compromisso morais e legais. Porque uma autoridade que foi constituída para trabalhar fardada, óbvio que ela tem que aparecer na via pública, senão ela teria sido constituída para trabalhar camuflada.

O projeto que aqui estamos discutindo é a legalização do Uber; vamos voltar a ele. Mas eu, é claro, não podia deixar de demonstrar, porque há um projeto de minha autoria que trata também das questões de regar e não deixar que, simplesmente, multem as pessoas nos cruzamentos, quando esses não respeitam o sinal vermelho na madrugada. Eu não quero liberar o trânsito, liberar as pessoas que transgridem das multas, mas quero entender o que o motorista faz na madrugada, se fica num cruzamento ermo, esperando ser multado - e entre ser multado e ser assaltado, o que ele vai optar. É isso que eu quero entender, eu quero debater esse assunto.

Quanto ao Uber, não há dúvida, e eu já tenho dito aos taxistas, que essa ânsia pelo Uber, essa aceitação do Uber, deve-se, sim, à necessidade de se fazer uma qualificação do serviço de táxi em Porto Alegre. Não adianta querer agradar um ou outro, e não dizer do

nosso sentimento, porque o meu sentimento é um sentimento que vem do povo. Essa é a realidade. Perguntem para alguns taxistas se o nosso órgão fiscalizador colabora nesse sentido, de tirar de circulação os maus motoristas. Não colabora, não ajuda; essa é a verdade também!

Eu vou votar acompanhando o Requerimento do Governo, eu não sou da base do Governo, não sou da oposição, mas vou votar como tenho votado. Mas não me furto de fazer críticas, porque, aqui na Capital, nós não podemos esquecer de que, há muito tempo, estamos recebendo reclamações. A questão das multas, lembro perfeitamente que o Valter fez referência a um projeto meu para tentar condicionar a composição das JARIs com pelo menos um representante da OAB. O projeto foi aprovado por esta Casa, vetaram e, antes que nós apreciássemos o veto, mandaram um decreto para cá. Então, o atual Vice-Prefeito Sebastião Melo foi autor do veto e do pedido para que os Vereadores não aceitem a derrubada do veto. Essa é a verdade, não adianta nós quisermos esconder isso. Infelizmente, nós estamos com essa condição: poucas pessoas entram com recurso porque perdem tempo, e quem está decidindo sobre os recursos, com todo o respeito, não sei quem são ou como são escolhidos esses vogais. Presidente, eu vou votar favoravelmente ao Requerimento do Governo. Acho que não tem como excluirmos o Uber do mapa; nós temos que conviver com ele, só que não podemos nos esquecer de que, na madrugada, quem está, nas paradas, aguardando o passageiro são os taxistas. Se o serviço de táxi não está bom, eu acho que precisa ser melhorado. Eu concordo. E o Uber está ótimo? Amanhã não continuará ótimo. Isso é igual à vassoura nova! Eu recebo muitas críticas, pois as minhas filhas usam o Uber, e eu tenho dificuldade de explicar a elas que não sou contra o Uber, mas que precisamos buscar um regramento, dar uma mínima condição legal para que o serviço aconteça. E uma das emendas que protocolei junto com os demais Vereadores é nesse sentido. Porque a tese deste Vereador – é muito antiga e foi vencida por este plenário –, de não obrigar, mas o taxista que quiser, deliberadamente, por sua própria vontade colocar um sistema, um circuito interno, que ele possa fazer. E eu espero que isso exista um dia, porque quando eu for chamar um táxi ou um Uber, eu vou pedir, porque não tenho nada a esconder. Eu não contrato Uber nem táxi para traficar ou para fazer coisas que não são permitidas. Então, eu não tenho problema nenhum em ter um sistema de circuito interno dentro dos automóveis. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Ver. Cassio Trogildo): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento s/n^o, de autoria do Ver. Kevin Krieger.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Sr. Presidente, colegas Vereadoras e Vereadores, nós, do PT e dos Partidos de oposição, temos opiniões distintas e vamos fazer o debate combinado entre nós, inclusive com esta opinião. Eu venho aqui, diferente do meu colega de Bancada, Vereador Adeli Sell. Compactuo com a análise que ele faz, mas eu venho aqui me posicionar contra esta urgência. Quero justificar as razões de ser contrário à urgência. Primeiro que ninguém está questionando ou é contra a evolução tecnológica, mas eu quero ressaltar que nós temos um compromisso assumido nesta Casa. Nós aprovamos, em fevereiro de 2014, uma lei municipal que regulamentou e exigiu um conjunto de critérios dos taxistas. E esta lei, até o momento, não foi implementada na sua plenitude. Primeiro, isso.

Em segundo lugar, Ver. Bernardino, a lei que o Governo trouxe não trata do Uber, não vai regulamentar o Uber. Ela trata de plataformas tecnológicas, de uma maneira geral. E o Uber já disse, lá na audiência pública que nós fizemos, que eles vão continuar na irregularidade, que eles não se submetem ao Estado. Bom, agora, por que pedir urgência, Ver. João Bosco Vaz, para este projeto, se o próprio Governo mandou um outro projeto anterior a este, do dia 30 de março de 2016, buscando um conjunto de itens para regulamentar ou qualificar o serviço de táxi, dos taxistas? Tem este projeto aqui. Por que não é urgente trabalharmos para tornar o serviço de táxi mais eficiente? Por que não tratar este?

(Aparte antirregimental. Inaudível.)

O SR. ENG^o COMASSETTO: Não, mas o Governo está pedindo só do Uber! Desculpem, do Uber, não! Das plataformas. Este das plataformas é do dia 16 de maio de 2016; e o que trata da regulamentação dos taxistas é do dia 30 de março. Isso aqui não é um passe de mágica. O Governo mandou o projeto, mas não discutiu com a categoria. Portanto, eu respeito a opinião dos colegas, mas estou trazendo um conjunto de informações que pode

ser insuficiente e pode ser completada. Eu quero fazer o debate aqui sobre isso. A maioria dos taxistas diz que o Nozari não os representa também; então tem contradição nessa discussão. E não sou eu que estou dizendo isso; é a Aspertaxi que diz isso, é a Cooperativa dos Taxistas do Aeroporto que diz isso, é a Associação dos Taxistas da Rodoviária que diz isso, entre outros.

Agora, eu nunca deixei de convidar, quando presidi a CUTHAB; sempre convidamos o sindicato, a Aspertaxi, a associação e outros. Então, o que eu quero dizer aqui? Nós temos quatro mil táxis cadastrados, hoje, na cidade de Porto Alegre, o sistema de regulamentação de plataformas vai quebrar ou não vai quebrar o sistema de táxis? A EPTC e o Governo têm que responder isso. Não é aprovar um outro sistema que vai competir com os táxis sem termos essas respostas. E aí é o seguinte: nós aprovamos uma lei, em fevereiro de 2014, regulamentando e qualificando o sistema de táxi em Porto Alegre, de forma que se enquadrasse na Lei nº 12.587, que é a Lei Nacional da Mobilidade Urbana, e agora vem mais uma lei exigindo tipo de carro, uniformes, postura e não sei o que mais. Por que exigimos tudo isso de uma categoria e não exigimos nada de outra? É isso que eu quero discutir aqui e para isso tem que ter tempo. Querer votar em quinze dias uma lei dessas, sem fazer essa discussão, sem esgotar isso com qualidade? Temos que verificar, Ver. Kevin Krieger, se a regulamentação de plataformas vai quebrar ou não o atual sistema de táxi. Temos que ter algumas respostas que não estão dadas ainda. Assim que nós tivermos essas respostas, votaremos.

Para concluir, quero dizer, primeiro, que já ouvi o Ver. João Bosco Vaz se manifestar também a favor de analisarmos essa legislação, que é uma legislação com profundidade. Agora, a EPTC tem que responder.

Nós temos as responsabilidades, e não é só de fazer questionamentos. Nós temos a responsabilidade também de apresentar soluções e informações para a sociedade. Eu gostaria de saber se a regulamentação das plataformas vai quebrar o atual sistema de táxi ou não. Os taxistas - que estão aqui em grande número, do lado de fora - estão dizendo que o serviço clandestino que a Prefeitura deixa acontecer já está tirando de 30 a 40% da receita dos taxistas. Se isso é verdadeiro, até quando esse sistema que existiu até hoje vai persistir? Eles não podem vir para as plataformas? Nós não podemos fazer uma transição para que os táxis tenham os mesmos benefícios? Por que não?

Para concluir, Sr. Presidente, quero agradecer e dizer que, quando venho aqui me posicionar contrário à urgência, é porque esse tema tem que ser muito mais bem explicado pelo Governo e pelos técnicos à cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Paulo Brum assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Kevin Krieger está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento s/nº, de sua autoria.

O SR. KEVIN KRIEGER: Boa tarde, quero cumprimentar o Presidente, Ver. Paulo Brum; quero, rapidamente, fazer algumas considerações, Ver. Cláudio Janta. O Governo, durante 90 dias, através da Procuradoria-Geral do Município, EPTC, Governança, Gabinete do Prefeito, trabalhou recebendo sindicatos e associações ligadas à área do transporte. Após 90 dias, encaminhou o projeto de lei para esta Casa, discutido e debatido entre várias partes que têm interesse nesta nova lei. Este projeto chegou a esta Casa, Ver. Bosco, no dia 16 de maio, ingressou na Comissão de Constituição e Justiça no dia 3 de junho, e nós já estamos no meio de agosto. Esse foi um dos motivos de solicitar o art. 110, porque nós sabemos que não vai sair dessa Comissão de Constituição e Justiça tão cedo. Além do mais, Ver. Comassetto, nós fizemos um acordo com o Presidente Cassio de que nós faríamos o pedido de priorização, o art. 110, mas só votaríamos quando o Plenário Otávio Rocha voltasse a funcionar. Ou seja, essa história de afogadilho, de pressa, desculpe-me, mas não cola. Nós teremos ainda, depois, Ver.^a Fernanda, de votar este Requerimento, em torno de 30 dias para debater sobre este projeto. Já se passou mais de 90 dias e teremos mais 30. Eu acredito e respeito muito cada Vereador desta Casa e temos todas as condições necessárias de fazer um belo diálogo, um grande debate, mas precisamos resolver essa situação que há nas ruas de Porto Alegre. Precisamos regulamentar ou não esse serviço – esta é a nossa responsabilidade, independente de período pré-eleitoral, independente de período eleitoral. Todos nós, Ver. Bosco, fomos eleitos de 2012 até dezembro de 2016, e temos essa responsabilidade com os cidadãos, com os trabalhadores, com quem hoje presta os serviços na Cidade. Então, venho aqui solicitar que os nossos Vereadores votem a favor

deste Requerimento. O projeto de lei virá para a Ordem do Dia e nós já demos acordo que só votaremos este projeto quando todas as pessoas que representam as categorias tiverem acesso ao plenário para verem de que forma cada Vereador irá votar, irá se manifestar, porque eles precisam, sim, ter a oportunidade de falar o que pensam. O Ver. Bosco me pergunta quando ficará pronto o plenário Otávio Rocha; a previsão é de que fique pronto na primeira quinzena de setembro. Teremos até 30 dias para discutir, mas se o plenário entender que não tem que priorizar, não se prioriza. O meu voto será a favor da priorização, com o acordo de só votarmos depois de reabirmos o plenário Otávio Rocha; este foi o acordo que fizemos com o Presidente da Casa, com o Ver. Cláudio Janta e também com algumas lideranças que representam os taxistas.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Cláudio Janta (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito ao 1º Secretário, Ver. Paulo Brum, que proceda à chamada nominal para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Há quórum.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o Requerimento s/nº, de autoria do Ver. Kevin Krieger, que requer Regime de Urgência para o PLE nº 014/16. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 24 votos **SIM**; 2 votos **NÃO**.

Com a aprovação do Requerimento, em três dias, temos os prazos para encaminhamentos de emendas e substitutivos. O prazo se encerra na quinta-feira, às 18h, no protocolo da Casa. Segunda-feira, teremos a Reunião Conjunta das Comissões para apreciar o Parecer Conjunto do Relator, que será do Ver. Kevin Krieger, Líder do Governo.

A outra parte da decisão política – que depois podemos publicizar aqui –, que tivemos na reunião de Líderes, é de que votaremos o projeto apenas com o retorno do plenário Otávio Rocha. Então, nós aprovaremos o Requerimento, o deixaremos em condições de entrar na Ordem do Dia, e a priorização será, com o acordo dos Líderes, assim que retornarmos ao plenário Otávio Rocha.

O Sr. Márcio Bins Ely (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do PLCL nº 007/15 da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação Requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely. (Pausa.) Os Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Mauro Pinheiro: Sr. Presidente, na última quinta-feira, nós aprovamos dois Requerimentos de renovação de votação de duas emendas ao Projeto nº 020/14, o que, pelo Regimento, tem que ser votado na Sessão subsequente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Perfeitamente, já vamos ajustar para entrarmos, em seguida, na votação das emendas.

(O Ver. Paulo Brum reassume a presidência dos trabalhos.)

O Sr. Cassio Trogildo (Requerimento): Presidente, o PLCL nº 014/13 é de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, mas apresentei um substitutivo que foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça. Solicito que o projeto possa ser apazado para votação no dia 25 de agosto, quinta-feira, e que seja o primeiro na ordem de priorização de votação, porque ainda estamos conversando com o Governo Municipal, o Executivo, a respeito de alguns detalhes do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cassio Trogildo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PR nº 019/16. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam

permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a contrariedade do Ver. Cláudio Janta.

Em votação o Requerimento nº 084/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em votação o Requerimento nº 085/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em discussão o PLL nº 279/15. (Pausa.) Não há quem queria discutir. Em votação. Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. **APROVADO**.

Em discussão o PLL nº 211/15. (Pausa.) Não há quem queria discutir. Em votação. Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. **APROVADO**.

Em discussão o PLL nº 015/16. (Pausa.) Não há quem queria discutir. Em votação. (Pausa.) Os Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. **APROVADO**.

O Sr. Cláudio Janta (Requerimento): Solicito verificação de quórum, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito ao 1º Secretário, Ver. Paulo Brum, que proceda à chamada nominal para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Não há quórum.

(16h) Está encerrada a Ordem do Dia.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Dinho do Grêmio está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente.

Passamos à

PAUTA

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, colegas Vereadores, no período de Pauta, na Sessão de hoje, uma titulação que eu estou dando ao líder sindical Isabelino, que é o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Pesada. Eu faço essa indicação, porque é uma categoria profissional tremendamente sofrida, que trabalha, às vezes, em condições quase desumanas, apesar de toda a nossa legislação. As senhoras e senhores sabem o que é trabalhar num asfalto, nesse calor que nós temos em nossos verões, trabalhar em alguns lugares no inverno? Portanto, quando eu oferto esse título ao Sr. Isabelino Garcia dos Santos, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Pesada, estou fazendo uma homenagem a ele e a sua categoria profissional. Por isso que, hoje, eu faço questão de vir aqui para marcar este projeto de lei. Trata-se de uma homenagem que concede o Título de Cidadão de Porto Alegre ao Sr. Isabelino Garcia dos Santos, Presidente do Siticepot – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada no Estado do Rio Grande do Sul. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo o PLL nº 171/16.

Apregoo solicitação da Ver.^a Fernanda Melchionna, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação na Terceira Audiência de Conciliação a respeito da Ocupação Urbana Lanceiros Negros, no Cejusc – Centro Judiciário de Solução de Conflitos em Cidadania, em Porto Alegre, no dia 15 de agosto de 2016, às 14h.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h03min.)